

AMANDA NASCIMENTO GASPAR

**Fronteiras étnicas e territorialidades:** por uma genealogia do extrativismo pesqueiro

Brasil

2022

# **Fronteiras étnicas e territorialidades: por uma genealogia do extrativismo pesqueiro<sup>1</sup>**

Amanda Nascimento Gaspar (UEMA/ Brasil)

## **Resumo:**

O presente trabalho procura expor de forma reflexiva os resultados de pesquisa acerca dos agentes sociais designados extrativistas, com foco no extrativismo pesqueiro. Para tanto foi realizada uma etnografia documental, de forma a contemplar uma arqueologia dos saberes junto a genealogia a partir de Foucault. Com foco no debate sobre a construção de regímenes de verdades, poder e atos de Estado. O campo dos saberes passou a constituir um tema central na análise das questões ligadas à expressão oral dessa cultura. Imersa em uma conjuntura ligada às políticas direcionadas ao desenvolvimento socioambiental que incidem na temática ambiental que contempla as áreas protegidas no Brasil.

**Palavras-chave:** extrativismos; política ambiental; Estado;

## **Introdução**

O presente trabalho tem como intuito compreender os saberes e fazeres ligados à cultura material e imaterial no Delta. Além de descrever as características sociais e simbólicas, expressas nos espaços de sociabilidades dos designados “extrativistas”<sup>2</sup>. O lócus, desta pesquisa compreende uma região na qual convergem múltiplas fronteiras, sejam elas: sociais, étnicas, geográficas, históricas, políticas e simbólicas. O plano das fronteiras foi um indicador a partir do qual foram problematizados os significados em jogo nos processos de trânsito, observados por movimentações na esfera étnica. A diversidade de expressões da paisagem social e ambiental possibilitou constatar diversos planos deste território em interação. O plano espacial e simbólico, planejados na interação entre os corpos. Expressos na coexistência de expressões e relações diversas que permeiam o campo do gênero, do trabalho e as formas de sociabilidades tanto interna como externamente na interação com outros grupos. Para tanto, optou-se por realizar uma pesquisa majoritariamente documental, com dados de campo levantados em diversos momentos da estadia em campo. Pois no ano de 2020 a 2022, etapa que compreendia a

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

<sup>2</sup> A forma como a categoria *extrativista* é problematizada segue a proposta analítica elaborada por O'Dwyer (2005) em “A construção da várzea como problema social na região do Baixo Amazonas”. Além de problematizar o Delta de forma similar à várzea, enquanto região, questão central na compreensão deste trabalho, recuperada em outras etapas dessa pesquisa.

realização de campo, etapa ritualística fundamental na pesquisa antropológica clássica. Enquanto sociedade global coletivamente experimentou-se o período da pandemia. E diante dos protocolos de segurança foi necessário seguir as recomendações da OMS. A etapa de campo ocorreu em casa, dentro desse espaço familiar com todas as tensões e incertezas possíveis, em um cenário do luto coletivo, inexistência de uma vacina e de instabilidades políticas e econômicas.

Para abordar esse tema se fez necessário empreender um esforço analítico, conjugado em duas bases teóricas centrais: uma de cunho sociológico reflexivo, e a segunda fundamentada na antropologia social. De forma transversal a toda pesquisa, optou-se por evidenciar a teoria da complexidade frente aos fenômenos sociais. Ao considerar as profundas transformações na era da globalização e seus efeitos no plano das relações sociais e simbólicas no que tange às formas de sociabilidades. Refletidas em ressignificações conceituais nas concepções do que se entendia até então como “tradição” e “modernidade”. A “modernidade”, de acordo com Bauman (2001), é então uma etapa marcada pela fluidez, ou liquidez, para utilizar os termos do próprio autor, das relações sociais, passíveis de serem analisadas em categorias tais como: “território”, “poder”, “tempo” e “espaço”. Classificações diante das quais procurou-se compreender as relações de poder em jogo, nesse território, região, tomadas como objeto de estudo.

Para tanto foi adotada uma abordagem genealógica, inserida na proposta de uma *arqueologia de saberes*, recuperadas a partir de Foucault (2008). De acordo com o autor, a arqueologia: “Não é nada além de uma reescrita: isto é, na forma mantida da exterioridade, uma transformação regulada do que já foi escrito. Não é o retorno ao próprio segredo da origem; é a descrição sistemática de um discurso-objeto” (p. 158). Destarte, foi preciso posicionar a abordagem arqueológica e genealógica, ao inseri-las em um campo de significados distinto da busca por reconstruir uma origem, anacrônica, ao recorrer ao passado para compreender o presente sob uma pretensa linearidade. Ao contrário disso, a proposta procura refletir sobre as condições sociais, históricas e as relações de poder. Conjuntura essa que possibilitou estabelecer, a instituição de um conjunto de conceitos, instituições e terminologias, designadas de regimes de verdades sobre essa região conhecida como Delta. Expressas no vocabulário para se referir a essa região designada, Delta, bem como aos grupos étnicos designados que ocupam esse espaço social e político descritos como extrativistas

A abordagem conceitual contemplou uma proposta mista, baseada a *arqueologia dos saberes* (FOUCAULT: 2008), e de forma complementar uma genealogia dos saberes. O domínio dos saberes esteve como questão central a toda pesquisa ancorada nas bases conceituais que dialogam acerca da distinção entre ciências e saberes (CASTRO FARIA: 2006; DOMINGUES: 2016; GORZ: 2005). Essa proposta envolve uma aproximação com a sociologia reflexiva (BOURDIEU:2008), e com a antropologia dos *archivos* (ALMEIDA: 2008). Situada a problemática conceitual inicial, outro aspecto presente nessa região está no desafio em conciliar a conservação dos recursos ambientais com a presença de grupos sociais, constituidores de culturas (BARRETTO FILHO: 2006; BOURDIEU:2012; O'DWYER: 2005). Diante do que foi exposto, o foco da pesquisa passou a refletir e ampliar o debate no qual está situada a Antropologia da Pesca. Área da antropologia social que se volta a temas específicos de grupos inseridos em uma cultura aquática. (MALINOWSKI: 1978; RAIMUNDO LOPES: 1938).

Para tanto foi construída uma genealogia da categoria *extrativista*, nessa primeira etapa, observou-se que a forma atual se encontra vinculada a uma atribuição governamental. Entretanto, com base em pesquisa documental foi constatado que a categoria incide de uma reivindicação construída no âmbito dos movimentos sociais. Advinda da mobilização dos designados seringueiros<sup>3</sup>, ao reivindicarem a identidade de *extrativistas*. Mobilização essa, inserida dentro da luta social e política, provocada por Chico Mendes em Xapuri, no Acre, na região norte do país. Naquela época estava em pauta a luta por uma reforma agrária mobilizada em torno do movimento sindical, na região Amazônica com o debate em torno da conservação das florestas, e da garantia por terra. O debate também estava constituído na reivindicação de uma nova categoria de Unidade de Conservação, capaz de reunir os interesses da luta pelas Terras Indígenas (TI's), mas que combinasse a utilização dos recursos ambientais junto aos grupos sociais. Com a morte de Chico, anos mais tarde, a categoria foi incorporada pelo Estado, e passou a ser reproduzida como forma de designar os moradores das Reservas Extrativistas (RESEXs). As Resex's fazem parte de um conjunto de Unidades de Conservação classificadas dentro das categorias de 'Uso Sustentável'. Presente na política ambiental, no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Elas são geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) criado em 2007, uma

---

<sup>3</sup> Cf o site: <http://www.memorialchicomendes.org/tag/cns/>

autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) a quem cabe a responsabilidade administrativa dessas áreas.

A partir da política expressa no SUNC, os agentes sociais dessas áreas passaram a ser designados por um conjunto de terminologias que tendem a descaracterizar a diversidade étnica e social desses grupos. Termos como: “comunitários” e “extrativistas” passaram a veicular dentro das organizações como associações e nos eventos que reúnem esses grupos, que tendem a reproduzir esse vocabulário. Essa descrição tem como *locus* a região do Delta, inserida na Reserva Extrativista<sup>4</sup> Marinha (RESEX) Delta do Parnaíba, Unidade de Conservação (UC), cuja região também envolve a Área de Proteção Ambiental<sup>5</sup> (APA) Delta, área que abrange uma microrregião designada de Baixo Parnaíba. Na definição governamental, os “extrativistas” compreendem um conjunto de indivíduos que agrupam relações de âmbito social, político, organizativo, ecológico e econômico baseados na “agricultura de subsistência” e de pesca de “pequena escala”. No Delta o mangue é o “bioma” predominante, mas coexistem junto a ele um conjunto de realidades ambientais possíveis para descrição como áreas de dunas e regiões alagadas. Como esse campo tem múltiplas inserções, optou-se por delimitar para essa pesquisa, compreender e descrever as relações sociais e territoriais presentes na referida região. Com ênfase nas relações e suas fronteiras, além dos sentidos e arbitrariedades envolvidos na constituição e transmissão de saberes, fazeres, e nos modos de viver nesta região.

De início foi preciso situar o “extrativismo” em um conjunto complexo de significados e relações. E compreender a sua abrangência. Constatou-se que essa terminologia, envolve um sistema de relações expressas em dinâmicas de trabalho. Tais como: a pesca, agricultura, extrativismo vegetal, todos eles com ênfase no aspecto de “subsistência”, elaborado com base em um discurso governamental. Embora a categoria “extrativista” seja demasiado abrangente e possui sentidos polissêmicos. Foi definido como recorte analítico compreender as relações sociais e simbólicas presentes na descrição do “extrativista”<sup>6</sup>. Delimitado de forma específica o “extrativismo pesqueiro”, também expresso no vocábulo regional como “pesca artesanal”. Essa escolha esteve

---

<sup>4</sup> Criada pelo decreto S/n de 2000 abrange a região costeira dos estados do Maranhão e Piauí.

<sup>5</sup> Criada pelo decreto S/n de 1996 abrange a região costeira dos estados do Maranhão, Piauí e Ceará.

<sup>6</sup> Categoria atribuída pelos órgãos governamentais aos moradores da APA e da RESEX, dentre os quais ocorrem subdivisões.

embasada na constatação de uma “virada” sistêmica, expressa na migração do cultivo de arroz para uma predominância da pesca. Posto que no Delta existe um fluxo constante de movimentos e interdependência desse modo de vida, expresso na cultura atrelada à esfera do trabalho. Constatou-se um baixo processo de divisão do trabalho social no qual o sistema de “interdependência” mantém a coesão social, entre as formas de organização social e econômica e a convivência de uma multipotencialidade de funções ligadas a cultura regional, dentre as quais um dos setores potenciais que cresce de forma exponencial é o turismo.

O sistema de “interdependência”, acompanha o campo de estudos em sociedades ditas complexas, e tende a ser notável em grupos em vias de crescimento populacional exponencial, assim como na região aqui descrita. O Delta, apresenta um conjunto de povoados, municípios que mantêm uma relação com pequenos povoados, nos quais são abastecidos por cidades polos, elas centralizam a produção e escoam em mercados o cultivo dos povoados menores. De acordo com Elias (1994) o processo de interdependência envolve uma complexa rede de sociabilidades com o processo civilizador. Ele também influi na manutenção do grupo étnico com a perspectiva de contribuir para a coesão do mesmo. A escolha de Canárias como *locus* empírico, ocorreu por alguns fatores tais como constituir o povoado mais populoso, confluir uma fronteira com diversas abrangências e possuir uma forte influência do ambiente urbano do entorno, sendo Parnaíba - PI, o principal ponto de referência para estudos e comércio. Em Canárias também há o predomínio da pesca intensificado a partir dos anos 1980, com a queda do cultivo de arroz, a pesca ascendeu de forma exponencial principalmente nos 1990 a 2000 aliado ao aparelhamento de um conjunto de instituições ligadas ao setor ambiental além de incentivos políticos nesse setor. Ainda sobre o porquê da escolha de Canárias, delimitado o recorte analítico, situo a ênfase no “extrativismo pesqueiro”.

O passo seguinte foi mapear quais os interesses envolvidos no Delta, enquanto uma “região”<sup>7</sup>. Proposta conceitual problematizada por Bourdieu (2012) na qual situamos a problemática levantada por O’Dwyer (2005). Para Bourdieu, a “região” é um instrumento analítico que permite pensar determinado espaço social aliado a um conjunto de construções objetivas e simbólicas. O conceito de “região”, permite evidenciar as disputas envolvidas na luta pelo monopólio legítimo da força. Além de um objetivo

---

<sup>7</sup> Com base na referência de Bourdieu, a região compreende um campo de disputas.

“empírico”, a região também pode ser entendida como um “arranjo simbólico”, de acordo com Bourdieu (2012):

a região é o que está em jogo como objeto de lutas entre os cientistas, não só geógrafos é claro que, por terem que ver com o espaço, aspiram ao monopólio da definição legítima, mas também historiadores, etnólogos e, sobretudo desde que existe uma política de ‘regionalização’ e movimentos ‘regionalistas’, economistas e sociólogos (p. 108)

O conceito de região oferece elementos para situar as disputas envolvidas nesse *campo* designado de Delta, no qual escolhi a pesca para compreender a relação entre os discursos do Estado e dos agentes sociais envolvidos. Além do campo objetivo, foi preciso situar o *campo intelectual* no qual existe um conjunto de disciplinas – a geografia, a biologia, e a história – que têm a “missão” de formular uma narrativa discursiva a partir da qual essa região passa ser pensada e referida. Ou seja, junto ao processo de criação das UC's e do Delta como essa região ecológica ímpar, no qual ocorre o encontro das águas, e possui uma floresta de manguezais preservada. Também foi preciso formular uma história social sobre o Delta. E ficou constatado que a região passa a ser expressa em grande medida pelo conhecimento naturalístico, “ecológico”. A finalidade de recuperar essas narrativas, formalizadas em um discurso sobre a região, demonstra a curiosidade em compreender como um discurso se torna instrumentalizado ao mesmo tempo em que se constitui uma prática.

#### 1. Uma breve descrição do campo de pesquisa: relativizando o “contexto” da pesquisa

Inserido na macrorregião Nordeste, na clássica divisão cartesiana do Brasil. No campo das pesquisas sociais e econômicas, Celso Furtado (1971) descreve algumas constatações em ‘Formação do Complexo Econômico Nordestino’, ao colocar ênfase no eixo econômico centrado na indústria açucareira, criatória, na unidade agrícola e na pecuária. Ao situar de forma específica Parnaíba, de acordo com Gandara (2008), essa cidade passa a receber destaque com a navegação a vapor, pelo rio e a consolidação do complexo industrial parnaibano com as Indústrias do pó de carnaúba e de sabão. Por estar situada no litoral Parnaíba convergiu e se consolidou como um importante polo comercial. Centrado no mercado de exportação no período colonial centrado no comércio do gado. Uma cidade portuária centrada no imaginário do Porto das Barcas. Ainda de acordo com o autor: “ a cidade de Parnaíba (Piauí) mantinha comércio regular com o Maranhão, com

o Pará Caiena, (comércio de gado), e a Inglaterra (algodão principalmente). ” (GANDARA: 2008, p. 304)

Para realizar esse processo de pesquisa, utiliza-se como um dispositivo a noção de discurso, concebendo-o de acordo com a concepção de Foucault, do discurso como uma prática. Nesse processo foi preciso esmiuçar a lógica descritiva desse jogo de discursos, o que não foi uma tarefa fácil. Para tanto recorre-se à abordagem trazida por Almeida (2008) com a “antropologia dos *archivos*”, ela exige uma desconstrução dos conceitos adotados em outras disciplinas. Considerou-se relevante essa abordagem tendo em vista a possibilidade de manusear recursos analíticos, noções operatórias e abordagens conceituais ao situar a polissemia de significados atribuída a campos do saber, de forma específica. Uma vez que ao lidar com a Antropologia e de forma paralela com outros campos dos saberes como a ecologia em momentos distintos, percebeu-se a necessidade de recorrer a alguns termos. Cujas abordagens exigiu a desconstrução de algumas categorias amplamente caracterizadas pelo vocabulário ambiental, utilizadas de forma, por vezes, anacrônica para compreender fenômenos sociais, sendo essas ferramentas imprescindíveis para conduzir nesse processo.

Outro exercício reflexivo necessário foi problematizar quem afinal era o “outro” e o “mesmo” com quem estava dialogando, dada a inserção como “nativa” nesse processo. De forma inicial precisou-se separar o outro como os colaboradores da pesquisa e o próprio Estado. Assim como o conjunto de discursos e narrativas utilizados para produzir um estatuto de verdade sobre essa região. Precisou-se compreender também de forma reflexa quem era o “mesmo”, nesse caso os extrativistas. Categoria mediante a qual os agentes sociais dessa região são designados, me incluo nesse processo. Uma vez desconstruída essa visão reducionista atrelada aos fatores econômicos, (não que eles não sejam importantes), embora não sejam determinantes, pois essa é a forma como o sistema capitalista compreende esses grupos. Instituições como Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), e um conjunto de outras instituições operam segundo uma racionalidade economicista, tendem a reduzir a compreensão desses agentes apenas pelo aspecto de seu trabalho. De forma reflexa, foi preciso compreender o lugar que ocupo nesta categoria, "mesmo" de forma distinta do olhar do “outro”, de acordo com Rancière (1996).

Em diversos momentos estive diante da dificuldade em relativizar as concepções prévias, pois o estudo da cultura da qual também sou integrante, exige ocupar um lugar que não é aquele que meus pares me viam. No qual o jogo de representações, se

apresentou diferente da maneira como o Estado percebe um “Nativo” ao fazer pesquisa, além da forma como meus pares me percebiam, por um tempo fiquei sem um lugar definitivo. Esse jogo de representações entre o trabalho de conclusão do curso, cujo objetivo era expor as observações a partir de leituras do curso, procurei me situar sempre com foco na pesquisa. Mas percebi que a minha condição “racial”, enquanto mulher negra, exigia de mim uma série de expectativas sobre minha linguagem, e sobre as representações em torno da construção social enquanto mulher nessa cultura, e talvez fuja um pouco desses parâmetros. Assim como a condição de entregar um trabalho final capaz de manejar um conjunto de autores e contribuir com os processos científicos dentro da academia. Um debate interseccional cujas expectativas permeiam diversas representações sobre o que se espera de uma mulher, negra, extrativista nesse sistema cultural.

Entretanto observou-se de forma evidente diferenças marcadas entre o discurso acadêmico, de um trabalho de final de curso e as reais demandas dos grupos. E neste sentido foi preciso saber fazer concessões, e apresentar as limitações de ambas as partes. Voltando a Rancière, o "outro" só existe numa relação de arbitrariedade com o “mesmo”, ou seja, o outro agrupa um conjunto de representações, além de uma busca pela diferenciação com o mesmo. Entretanto na busca por definir o “outro” existe de forma mais direta a imagem refletida de si com os excessos de um etnocentrismo, além da distinção sobre os privilégios do "mesmo". Percebi os limites na forma como os agentes sociais são descritos na literatura, assim como as categorias que eles acionam no seu vocabulário, tende a uma homogeneidade das categorias sociais.

Esse processo reflexivo presente no ato de nomear trouxe à tona o quão complexo e arbitrário é o processo de classificar, nomear, distinguir o que se designa como o “outro”. Uma vez que o situa em pares de oposição, os critérios do Estado distanciado do sentido atribuído pelos agentes sociais na elaboração de uma categoria, o que torna evidente a ideia de harmonia coercitiva nos processos linguísticos, e revela a dificuldade neste ato. Na etapa da etnografia documental me deparei diversas vezes com conceitos que havia internalizado no meu vocabulário ao me referir a essa região por categorias como: “barra” e “costa”, verbetes que compõem o conjunto de atributos referidos ao campo da geografia. As categorias biológicas predominam e são expressas em grande medida pela descrição da natureza da paisagem natural enquanto patrimônio manifestas

na taxonomia como: manguezais<sup>8</sup>, dunas, cerrado, mas que abrangem uma classificação mais genérica, os “biomas”. A historiografia traz em sua proposta legitimar, uma narrativa oficial, linear, de uma história da burguesia, cuja finalidade é visualizar por meio de uma historiografia, a legitimidade de todo um sistema de dominação hierárquica. Expresso no processo de desconstrução e invisibilidade de uma história do *folk*, e dos que foram dominados, por meio do processo de aculturação. Discursos esses que se percebe que foram diluídos e assimilados, por meio de relações de poder.

Dentre as atividades praticadas na região, a escolha pelo tema da pesca e as relações étnicas, sociais e ambientais que ela mobiliza, bem como a curiosidade sobre “os mistérios do mar”. Assim como o valor afetivo e simbólico ao “saber fazer” atrelado à referida prática, na qual há uma forte expressão do domínio masculino. Minha curiosidade sobre esse tema passou por alguns antagonismos, inicialmente passei anos da minha vida negando qualquer inserção nesse campo do saber, mas foi durante a graduação onde tive contato com o texto *Os Argonautas* de Malinowski (1978), no qual precisei entregar um trabalho final de disciplina, foi nesse momento em que me voltei a esse tema, ainda na graduação. Desde esse primeiro contato com a literatura fui motivada a analisar as transformações na estrutura social e as dinâmicas sociais que envolvem esse cenário, desde mudanças até a forma como são organizadas as relações de poder, prestígio, valores, bem como as profundas e aceleradas transformações ali expressas. Não foi descartada a existência de outros temas para objeto de estudos, tais como, processos sociais igualmente relevantes na região dentre eles: o sistema escolar, questões de gênero, os comércios, os transportes, as festividades, entre outros setores da vida social. Mas a escolha da pesca tem um sentido ideológico importante, trazer à tona possíveis lacunas interpretativas sobre como esses agentes sociais compreendem a pesca bem como a relação entre território e sociabilidades.

O interesse pela bibliografia foi o segundo aspecto envolvido, uma vez que a literatura sobre antropologia e pesca é muito vasta e diversa, reúne materiais desde artefatos em museus como trajetórias de vida e rituais. Vinda de um grupo social no qual o sistema de parentesco é referência foi um processo que apresentou alguns facilitadores e inúmeras dificuldades. Aprofundava-se a curiosidade em compreender a relação entre cultura e natureza, não como pares de oposição, mas até onde era possível pensar

---

<sup>8</sup> O mangue vermelho, mangue manso, mangue de botão.

contradições e complementaridade. Ou seja, como esse saber mobiliza a relação com a natureza, com as marés, as dinâmicas territoriais, tanto em terra como para além dela, nesse plasmar para o meio aquático. Essa curiosidade trouxe-me um olhar diferente sobre a forma como os limites da terra não estão postos, existindo um domínio de saberes que extrapolam a rigidez, expressos na maleabilidade das águas. Fato esse que permitiu a construção de abordagens e chaves de leituras teóricas capazes de propor reflexões e procurar preencher lacunas relativas a essa região e a esses sujeitos, designados extrativistas. Na medida em que se amplia o debate sobre esse tema pesquisa, referente a pesca, além de refletir sobre as transformações em jogo nesta região.

Enquanto um campo de estudos, o extrativismo foi uma noção operacional a partir da qual procurei refletir e criar possibilidades para pensar a forma como esse grupo heterogêneo pratica e atribui significados à pesca. Ao procurar compreender a relação entre terra e água tanto para os extrativistas ligados à pesca. A localização da ilha ocorre via meio aquático. Dessa forma o cotidiano exige um diálogo constante com essa combinatividade entre terra e água, mesclando as territorialidades, dando uma pluralidade de sentidos. A experiência entre terra e água produz sociabilidades específicas e essa combinatividade entre dois elementos, atravessa todas essas relações de pesquisa. Dentre as questões levantadas, uma delas está na forma como os pescadores se relacionam com os “recursos naturais” assim como a forma com a qual essa relação nos permite compreender esse território. No decorrer do tempo, da escrita, bem como das reviravoltas e vivências *in loco*, percebi que seria necessário retificar a proposta inicial e delimitar o campo da pesca, à medida em que ampliei o debate conforme se tornava possível diante do campo das relações.

No âmbito desta pesquisa, diversas vezes foi possível perceber a reprodução acrítica e automática do vocabulário “naturalista” com excesso de terminologias biológicas. Nesse sentido, foi um desafio, mas necessário. Aos poucos, foi possível manusear com certa objetividade, e refletir sobre esse aspecto à medida em que procurava me distanciar do automatismo da linguagem, tão presente, de forma que nem sempre percebia que o fazia. Precisei então retificar essas categorias. Logo, a proposta contínua foi então exercitar a “críticidade”, “desnaturalizar”<sup>9</sup> tudo o que havia sido calcificado

---

<sup>9</sup> Proposta recuperada por Almeida (2008) durante um evento no qual ele foi convidado a proferir uma palestra a um público da área ambiental e apresenta a proposta da Antropologia social em desnaturalizar conceitos corriqueiramente naturalizados uma vez que são comuns a diversos campos, os "lugares-comuns"

(ALMEIDA: 2008). Busquei catalogar as categorias em jogo para poder me apropriar desse campo e das suas possibilidades, presentes na descrição dessa região. De início, a própria concepção da pesca como unidade social embora fosse dada, e parecia-me comum, revelou-se fruto de uma trajetória de pesquisa, com uma bibliográfica, orientações.

O próprio campo me permitiu criar outras formas de conceber os conceitos, considerando principalmente a polifonia das categorias de análise. Assim a pesca não somente pode ser compreendida de uma determinada forma para um grupo de pescadores, como também pode reunir outros acionamentos para o Estado, e para diferentes divisões governamentais ou não governamentais e assim, assumir discursos e interpretações específicas. Ao diferenciar a forma como o Estado por meio das suas instituições descrevem a pesca e de forma reflexa como os próprios pescadores compreendem, esse “ser pescador” foi um dos objetivos transversais a toda pesquisa. A partir de então compreendi como uma categoria, manejada de forma operacional, assume diferentes significados, e constitui uma ampla designação no campo social, isso foi possível à medida em que procurei refazer a história social dessa categoria.

A análise da “antropologia dos *archivos*” evidenciou o predomínio e adoção de uma abordagem linguística, presente no discurso sobre o “social” (extrativista), as instituições (o plano da organização social) e o “meio ambiente” (natureza). Nesse ponto foi preciso identificar as categorias do campo, para poder jogar a regra do jogo linguístico. Constatei de forma recorrente que os termos: “extrativismo”, “pesca”, “conflito” e “território”, embora pareçam distintos, possuem uma rede invisível de conexões que aproximam cada tópico abordado. Assim, diante de um universo de possibilidades descritivas, escolhi a pesca compreendendo-a como um campo com o qual dialoguei de forma mais direta. Aproximei sobre esse campo uma lente para ampliar as questões que envolvem a pesquisa e que contribuem com um repertório de elementos que me permitiram compreender as organizações políticas e sociais, inseridos em uma categoria macro, designada de extrativista, mas limitada – especificamente – ao setor pesqueiro.

---

que ele cita, conceitos por vezes utilizados acriticamente áreas como as ciências naturais, mas que na perspectiva da antropologia passam a estar em questão.

O objetivo inicial era o de realizar uma etnografia documental<sup>10</sup>, uma vez que esse processo de pesquisa envolveu a deflagração da Pandemia do COVID-19. Nessa pesquisa bibliográfica, ficou evidente a construção de três narrativas fundantes: a primeira historiográfica; a segunda naturalística; e a terceira geográfica. Essas categorias evidenciam a predominância do determinismo geográfico e biológico na formação das pesquisas. Nesse contexto, o aspecto mais proeminente observado foi a construção de uma narrativa histórica hegemônica, com a tentativa de reconstruir um “mito de origem” reafirmando a representatividade em fontes “oficiais” presentes na construção das narrativas sobre esses designados de “outros” e invisibiliza os povos originários da região, ao considerar que eles foram assimilados na cultura dominante.

Diante do exposto, a presente dissertação é resultante de um processo de continuidade de pesquisas na região de Canárias iniciado na graduação, permeado pela experiência e olhar, diga-se privilegiado, na condição de “nativa”. Ao ingressar no curso de mestrado, propiciou-me a experiência de diálogo com outras referências bibliográficas, capaz de provocar a reflexão sobre a própria reflexão, algo um tanto bourdieusiano demais. A relativização da narrativa que havia construído como “natural” foi constantemente se constituindo numa barreira que logo se transformava em um novo horizonte. A curiosidade em aprofundar as narrativas sobre territorialidade me permitiu ampliar as reflexões, principalmente sobre a existência da esfera do “saber”. A pesquisadora Heloisa Domingues (2016) difere "ciência" de “saber”, para a autora o "saber", conforme Castro Faria, descreve uma outra episteme, expressa na oralidade, nos gestos dificilmente ela pode ser textualizada, pois envolve um conjunto complexo de nuances. Abordagem essa que a descrição textual não acompanha nem esgota na transcrição. Em aula inaugural, Heloisa Domingues discorre sobre essa relação entre as ciências e os saberes. De acordo com a autora o “saber” pode ser compreendido da seguinte forma:

Conforme mostrou Castro Faria, embora não verbalizado, não ritualizado, o saber é conhecimento. Os registros do saber fazer evidenciaram o cabedal de conhecimento dos índios, impregnado nos saberes, práticas e uso cotidiano, que não seria científico porque não obedecia ao rito de reconhecimento tal qual

---

<sup>10</sup> Documentos coligidos, a partir da proposta de reunir publicações e documentos referentes ao tema da pesca. Reúnem fontes documentais distintas, a respeito de Canárias ou produtos políticos também produzidos. Reflexões como a de Meireles (2012), com uma abordagem da botânica. O Zoneamento Econômico-Ecológico do Baixo Parnaíba (2002) documento político e de uma narrativa “oficial” constituem formatos distintos de documentações inspiradoras diante do desafio de problematizar e construir uma abordagem inicial.

o cientista é obrigado a passar para ser parte do campo científico, conforme chamou a atenção Pierre Bourdieu. As notas de Castro Faria nos deram a chave para encerrar essa aula, afirmando que ele indicou o caminho do diálogo que se quer e deve estabelecer entre um e outro - saber e ciência. (p. 35-36)

Ao descrever sobre o domínio do “saber”, fica subentendido uma segunda expressão combinada a ela, mas que a modifica, o “fazer”. Já o “saber fazer”, compreende um conjunto de técnicas e habilidades que só se aprende na medida em que se faz, é prático, específico de cada indivíduo. Envolve a relação do corpo na mediação, e não pode ser traduzido no texto, porque sua expressão é gestual, descrito nas dinâmicas e nos movimentos. Assim o “saber fazer<sup>11</sup>”, está atrelado a uma dimensão não verbal, na qual o corpo expressa um conjunto de domínios e expressões, que a narrativa escrita não esgota. Na pesca, percebi a dimensão desse “saber fazer” expresso no cotidiano do pescador, já que não existem manuais sobre a forma de pescar nessa região, que é bem específica: nesse sentido, aprende-se a pescar “pescando”, o fazer fazendo, e isso envolve desde a forma como maneja-se a canoa como o modo como organizam a saída para a maré – a definição da turma, e o manejo das artes de pesca, do pescado. Ou seja, são habilidades de outro domínio, de um *habitus* que novamente é expresso pelo corpo, naturalizado neste domínio.

Esse “saber” reúne um “fazer” compreende a dimensão de um “saber” que é “vivo”<sup>12</sup>. Um “saber fazer vivo”, que se refaz, que é dinâmico, e mobiliza ações (GORZ, 2005). Embora específico de uma atividade, a exemplo da pesca existe um *habitus*<sup>13</sup>, um “saber fazer vivo”, expresso no cotidiano, nas relações sociais, nas relações de amizade, de parentesco, na atividade da pesca. Pois o *habitus*, assim como o saber vivo, envolve a incorporação prática e vivencial da relação com o ambiente envolve, os gestos no rio, numa canoa, maneira de segurar uma arte de pesca. O território assume a dimensão

---

<sup>11</sup> Em palestra durante aula inaugural ao Programa de Pós-graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia - PPGCSPA. Ela discorre sobre o “saber-fazer” inserido como uma expressão historicamente datada. Em “A história das ciências e dos saberes”, a autora faz referência aos trabalhos do Castro Faria no Museu Nacional. Faria ressalta a dimensão desses saberes não verbalizados, esse saber não está formatado em livros e manuais, mas tem sua expressão na oralidade, verbal. A professora Heloisa Domingues durante sua exposição na aula inaugural retoma o antropólogo, Faria para ressaltar a dimensão do não verbal nesses saberes. Designados também de saber fazer.

<sup>12</sup> Recupero Castro Faria (2006); Gorz (2005).

<sup>13</sup> Em Bourdieu *habitus* é um princípio gerador de práticas distintivas, de domínio específico de cada campo.

terrestre, mas para essa pesquisa situamos que ele não se limita à essa definição. Para essa pesquisa compreendemos como essas relações, extrapolam a definição de limites, elas permeiam fronteiras, e se reforçam nesses contatos, são relações que se passam nas águas, e acompanham um conjunto de características específicas de cada grupo. Como resultado dessas conexões a interação constrói subjetividades, um *habitus*, que permite criar uma concepção de mundo.

O Delta, região na qual está a ilha das Canárias, está inserida numa área de fronteiras geográficas, étnicas, simbólicas e ecológicas. Situações que permitem compreender as disputas políticas no que se refere à delimitação entre “limites” territoriais e os sociais, sobre a porção do Delta entre cada estado. A parte situada entre os limites do Piauí com o Maranhão, esteve ao longo dos anos, de acordo com Antonino Freire (1907) envolvido em uma série de transformações e redefinições do que hoje compreende-se como as delimitações geopolíticas entre os estados do Piauí, Ceará e Maranhão. Ao abordar a dimensão dos “limites” territoriais, em pesquisa historiográfica, o autor apresenta os pareceres construídos por meio de documentos oficiais, que possibilitaram construir a ideia de “limites” entre o Piauí e Maranhão, ao inserir no debate a forma como a noção de fronteiras estava posta:

Mesmo admitindo que os verdadeiros limites sejam os marcados pelas Cartas Régias de 13 de Abril de 1633 (ou 14 de Maio do mesmo ano, como quer Jacome Noronha) e 14 de Junho de 1637, ao Maranhão nenhum direito assiste à posse do archipelago do delta do Parnahyba. Porque até além do meio do século XVII o litoral do Piahy permaneceu inacessível à conquista portuguesa. Tentada a descoberta do Parnahyba, por onde se queria fazer caminho por terra para o Maranhão, por Pero Lopes, em 1604, fracassou completamente a empresa, que não pode ao depois ser repetida, pelo desastrado fim, do seu chefe, segundo relata frei Vicente do Salvador, no capítulo XLIII da sua História do Brasil. Em seguida veio a missão dos padres jesuítas Figueira e Pinto, que terminou pelo massacre deste último (11 de janeiro de 1608), e fez abandonar por muitos anos a conquista das terras da Ibiapaba e Parnahyba. E até 1660, quando o grande Padre Antônio Vieira, superior das missões jesuítas no Brazil, foi, por terra, do Maranhão às aldêas da Ibiapaba, não havia caminhos convenientes e a viagem era perigosíssima, ainda mesmo quando se a fazia, como ele a fez, acompanhado de muitos companheiros: e de um crescido número de indígenas. (p.xxi – xxii)<sup>14</sup>.

A pesquisa de Antonino Freire, publicada em 1907 obteve resposta de Justo Jansen (1908), em: *A Barra da Tutoya*. O autor com base em uma extensa pesquisa

documental sobre as complexidades, políticas, administrativas e econômicas, envolvidas no processo de divisão e construção de limites entre o que hoje se conhece como os estados do Maranhão, antes compreendido como as definições com o Pará, assim como do Maranhão para com o Piauí e Ceará. De acordo com o autor, o Maranhão detinha em sua jurisprudência a uma diversidade de regiões, o vocabulário Maranhão compreendia de acordo com os documentos uma complexa rede de relações, desde a Ilha de São Luís, a toda a faixa litorânea do que atualmente se refere ao Delta do Parnaíba, até estabelecer limites com o Ceará. O Piauí é descrito por Justo Jansen (1908) detido a uma região mais central, ligado ao que hoje compreende a região sul do estado. O autor também discute as interferências com o estado de Pernambuco, a influência da igreja, frente ao processo de catequização, e da colonização portuguesa<sup>15</sup>.

A Ilha das Canárias, de acordo com as fontes oficiais, está historicamente e geograficamente referida ao município de Araióses (MA). Inserida numa fronteira, quem vive na ilha das Canárias estabelece relações comerciais e de sociabilidade com uma intensa vida cotidiana atrelada, ora ao Piauí, sendo, Parnaíba (PI) cidade que concentra uma demanda comercial relevante por meio da qual inúmeras relações ocorrem, mas também com Araióses no Maranhão. Diante disso o Delta pode ser problematizado enquanto uma região, de fronteiras inserida em uma complexa dinâmica social e de arranjos simbólicos. Para esse caso recuperei a análise de O'Dwyer (2005), ao descrever a *A CONSTRUÇÃO DA VÁRZEA COMO PROBLEMA SOCIAL NA REGIÃO DO BAIXO AMAZONAS*. A autora problematiza o percurso de construção da pesquisa, por meio de um olhar sobre a várzea, a proposta da autora é evidenciar as problemáticas e características sociais que envolvem aquela região. A autora descreve o seguinte: “a região do baixo Amazonas foi considerada como uma arena político-regional, que pode ser afetada por fatores que não se fazem presentes, mas atuam e condicionam os processos ali desenvolvidos” (p. 208). De forma similar a Várzea, considero o Delta, como um espaço que também conflui para uma arena política, ambiental, social e econômica diversificada na qual diversos aspectos estão em diálogo, e em disputa pela hegemonia de discursos e de recursos ambientais.

Para introduzir as investigações sobre o Delta, utilizei como ponto de partida a proposta de O'Dwyer (2005), em especial seu recorte empírico, por agregar uma série de

---

<sup>15</sup> Cf o site: [A barra da Tutoya : Justo Jansen Ferreira , Antonino Freire da Silva : Download gratuito, empréstimo e streaming : Arquivo da Internet \(archive.org\)](#).

interesses políticos, econômicos e sociais com a perspectiva de avanço das designadas políticas de desenvolvimento na área socioambiental e de sustentabilidade. A problemática social não está inicialmente expressa, mas envolve um amadurecimento de reflexões, desde a forma como serão elaboradas as representações acadêmicas intelectuais que constituem a região. A fronteira<sup>16</sup> não expressa apenas as diferenças, mas tem sido apropriada no capitalismo para fornecer um ambiente ímpar para o consumo. Situada entre os estados do Piauí e Maranhão<sup>17</sup>, às margens do rio Parnaíba. Constatamos que as relações territoriais extrapolam a referência mais direta com a sede do município de Araiões<sup>18</sup>, o povoado mantém uma estreita e antiga relação social e comercial com Parnaíba- PI. A região também é conhecida na literatura oficial por compor uma “zona de transição de “biomas<sup>19</sup>”, caracterizada entre a mata atlântica, cerrado e manguezal<sup>20</sup>. A composição desse “ecossistema” caracterizado de “deltaico” propicia uma “ecologia” local designada e com proposta de conservação<sup>21</sup>, da “sociobiodiversidade”.

A região é descrita pelo discurso moderno sobre a vida em “comunidade”, muitas vezes associada ao caráter de um estereótipo. A “tradição” é um elemento importante nessa região como um todo e ganha forma por meio da continuidade e ressignificação desse sistema, na interação do campo com o *habitus*, a prática da pesca é um exemplo de

---

<sup>16</sup> Essa região geralmente é descrita pelo aspecto da sua biodiversidade. O *locus* é o Delta, caracterizado como o único delta em mar aberto das Américas. A paisagem local é descrita ressaltando o conjunto de rios, igarapés, mangues e abundância de fauna e flora frutos de uma sociobiodiversidade singular.

<sup>17</sup> O território tem múltiplas vozes, cada sujeito envolvido tem um caminho e olhar sobre ele. O estado delimita nos mapas. Os pescadores não se restringem a terra e se lançam às águas. As mulheres percorrem outras territorialidades. Raimundo Lopes e Janssen procuram construir uma análise da história que passa por definições geográficas que nos permitiram compreender as nuances em jogo nessa pesquisa.

<sup>18</sup> A proposta de recuperar essas categorias oficiais foi recuperada com o intuito de problematizar as narrativas consideradas no tempo presente como as formas consolidadas, que cristalizaram um mito de origem, a reconstituição dessa história oficial, não está em separado do silenciamento e apagamento de narrativas outras, e que são reforçadas nos sites oficiais, consolidando um mito de criação desse município.

<sup>19</sup> Parte da forma como descrevo essa pesquisa é fruto de uma trajetória de vida marcada por ocupar um lugar social na localidade que me propiciou atuar em determinadas reuniões, e dialogar e perceber essas categorias como naturais dentro da forma como cada campo constrói um determinado vocabulário sobre si. Essas categorias reforçam as formas de intervenção do Estado com para com os designados “outros”. Por diversas vezes foi necessário recuperar a escrita e relativizar a escrita e perceber como o discurso não está dissociado de uma prática.

<sup>20</sup> Com a criação das UC 's a região passa a ser referida pela literatura por meio de uma caracterização ambiental. Inclusive nas terminologias, verbetes e nos documentos políticos oficiais.

<sup>21</sup> Desde a Rio+20 e a constituição de um conjunto de instituições direcionadas a essa pauta com capilaridade nas UC's.

resistência dessa “tradição”, ligada a uma construção cultural ligada a cultura oral, às redes de relações. O rio Parnaíba acompanha ao longo dessa jornada de pesquisa, um emaranhado de igarapés, e envolve o movimento das marés, das canoas até encontrar com o mar. Essa relação ainda se constrói pela diversidade de espécies, de peixes e crustáceos o que propicia diversas pescarias, artefatos ligados a esse saber fazer e modos de produzir e reproduzir essas práticas.

A relação com o campo de estudos pesqueiro permite recuperar o conceito de “cenário” proposto por Goffman (1985). Ao descrever sobre o “cenário” ou a fachada ele explicita os elementos que compõem determinada paisagem e ajudam a atribuir sentido e legitimidade a um conjunto de ações. Considero que fazem parte desse cenário da pesca, as canoas, o rio, os artefatos de pesca, os pescadores, suas vestimentas, o acompanhar o movimento da maré e da lua, compõem esse cenário cotidiano. A diversidade de territorialidades e de relações diversas com o tempo, a sazonalidade das estações. A dinâmica socioespacial tem como elemento chave o “saber perceber” e “saber ver e ouvir a natureza”, está sensível a ela e se submeter a experimentar os tempos das coisas, diferente do tempo social, uma vez que a divisão das estações está referida a duas em especial, inverno quando as chuvas enchem as áreas de baixada e as lagoas se formam e o verão quando a paisagem fica seca.

A partir das leituras e das observações no contexto da antropologia foi possível conceber as relações do cotidiano, anteriormente por mim naturalizadas em determinado grau. Passei por diversas etapas no ritual do “estranhamento”. O primeiro passo foi exercitar a forma como passei a conceber os conceitos naturalizados na experiência. Nesse movimento precisei construir uma nova base de conhecimentos atrelado aos verbetes do campo da pesca. Esse processo seguiu um movimento dialético já que esse campo é majoritariamente masculino. Entre os processos de pesquisa e escrita, foi um ato desafiador lidar com o campo dos saberes, já que existe um limite na descrição, que dispõe sobre os limites da própria escrita, entre o que pode ou não ser descrito, o elemento dos segredos está contido nesse campo.

Por diversas vezes esses lugares controversos deslocaram minhas percepções, e influenciou na forma como esses outros me veem. Mesmo procurando fugir e definir meu lugar na pesquisa, de um estudo, apenas isso, e fugir do lugar de “intérprete” ou de liderança, pois não falo pelos outros, apenas estou habilitada a textualizar as percepções que me são possíveis a partir de suas narrativas. Percebi que internamente, o grupo, viam

minha posição estava dentro de outro arranjo. Aprendi a passar o tempo com leituras, o violão, além de outras maneiras de lidar com a casa, durante a pandemia pois não haviam outras opções. A música foi uma aliada nessa jornada, a linguagem poética possibilitou lidar de forma transcendente com o “ver”, o “ouvir” e o “sentir”. Durante a etapa de escrita, referências como Caymmi com as canções praierais.

No ano de 2019 ingressei no Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia. A perspectiva reflexiva no decorrer do curso, me possibilitou um novo olhar sobre a condução da pesquisa. Temas como a crítica a autoridade etnográfica, ao estar em contato sobre os possíveis efeitos e a quem estaria direcionado o resultado da pesquisa. Uma vez que a dimensão das relações, é preponderante nesse processo. A abordagem do projeto Nova Cartografia Social da Amazônia<sup>22</sup>, trouxe uma nova forma de compreender as relações de pesquisa, na qual o grupo com o qual o exercício do diálogo conduziu por meio de suas narrativas o processo de compreender os discursos e percepções ligadas ao território. Decidi a partir de narrativas do passado e do presente construir essa *arqueologia dos saberes*. A revisão bibliográfica esteve nesse processo atuando como um leque, como viabilizador de novas abordagens analíticas e de outras possibilidades. Quando já em campo, desde dezembro de 2019, em fevereiro de 2020 as atividades presenciais começaram a ser suspensas diante da pandemia de Covid-19 e as incertezas sobre como seria todo esse novo processo de isolamento social.

A proposta foi adotar uma perspectiva crítica, com um olhar reflexivo e por meio de conceitos como o “território” compreender as relações sociais e simbólicas envolvidas nesta região. Inicialmente foi preciso me desfazer do conceito usual de território, adotado na geopolítica, e situá-lo como um sistema dinâmico e complexo. No qual múltiplas relações estão em jogo pela definição do espaço, no qual predomina o discurso da biologia, geografia e história. Durante a pesquisa foi possível observar a relação entre o sistema capitalista e o fenômeno da globalização em Canárias de forma intensa, o que

---

<sup>22</sup> Refiro-me aqui ao projeto da nova cartografia social, no qual a noção de participação é retomada de forma crítica, e insere a perspectiva de deslocamento do pesquisador como o condutor desse processo, e assume a posição de auxiliar, o sujeito do processo de cartografia passa a ser o grupo que solicita ao programa um processo de construção de um material como boletins. A nova cartografia social trouxe uma reinterpretação crítica da cartografia. E lança um novo olhar sobre a forma como vinham sendo realizadas até então as intervenções oficiais de mapeamento, com a concepção de participação. No âmbito do programa PPGCSPA- UEMA, pude participar de uma oficina de mapas realizada em Barro Duro - MA. No sindicato dos trabalhadores rurais, que permitiu a realização da organização de um boletim. Cf o site: <http://novacartografiasocial.com.br/download/16-pescadores-de-tutoia-e-paulino-neves-conflitos-etnicos-e-devastacoes-provocadas-pela-implantacao-de-parques-eolicos-no-maranhao/>

permite constatar uma efervescência sociocultural e econômica específica. O conceito de fronteira étnica oferece algumas noções importantes para compreender os critérios de atribuição da identidade. Barth (2000) diferencia o conteúdo cultural com base em dois critérios de análise: i) sinais e signos manifestos, esses são os elementos visíveis, visuais; o ii) consiste em orientações valorativas básicas: envolve moralidade e a esfera dos valores compartilhada pelos agentes sociais e pelo qual se diferencia de outros. Para o autor o que define uma fronteira étnica é:

[...] o foco central para a organização passa a ser a fronteira étnica que define o grupo e não o conteúdo cultural por ela delimitado. As fronteiras sobre as quais devemos concentrar nossa atenção são evidentemente fronteiras sociais, ainda que possam ter contrapartida territorial. Se um grupo mantém sua identidade quando seus membros interagem com outros, disso decorre a existência de critérios para determinação do pertencimento, assim como as maneiras de assinalar este pertencimento ou exclusão. Os grupos étnicos não são apenas ou necessariamente baseados na ocupação de territórios exclusivos; e as diferentes maneiras através das quais eles são mantidos, não só as formas de recrutamento definitivo como também os modos de expressão e validação contínuas, devem ser analisadas. (BARTH, 2000, p. 34)

Barth (2000) também chama a atenção sobre a tendência a sobrepor aspectos ecológicos em detrimento do legado cultural. O autor considera esses dois aspectos e sua relevância na análise, entretanto a ecologia não se sobrepõe à forma de organização social, no livro ele apresenta exemplos de como determinados grupos compartilham de diferentes áreas ecológicas mas mantém uma unidade cultural e organizacional. É primordial na descrição de como o grupo se identifica, dos critérios socioculturais da região. De acordo com Barth (2000):

[...] as fronteiras étnicas permanecem apesar do fluxo de pessoas que as atravessam. Em outras palavras, as distinções entre categorias étnicas não dependem da ausência de mobilidade, contato e informação, mas implicam efetivamente processos de exclusão e de incorporação, através dos quais, *apesar* das mudanças de participação e de pertencimento ao longo das histórias de vida individuais, estas distinções, são mantidas. [...] A interação dentro desses sistemas não leva à sua destruição pela mudança e pela aculturação: as diferenças culturais podem persistir apesar do contato interétnico e da interdependência entre etnias. (BARTH, 2000, p. 26)

Ao contrapor a teoria da aculturação, Barth, situa a existência de um fluxo nas fronteiras étnicas, mas, essas trocas não excluem distinções culturais sendo justamente nessas fronteiras culturais onde as identidades se tornam nítidas. O exemplo de Barth me auxiliou a compreender Canárias, e suas transformações econômicas, políticas, sociais na mobilidade no sentido de acesso à educação formal, mas ainda inserida nesse caldeirão

cultural, os elementos atrelados à esfera dos valores, das tradições, ainda se mantêm no grupo de uma forma latente, mas em momentos de conflito social esses laços são evidenciados e reforçados, de forma endógena. Quando ocorre um processo de separação de um casal, quando uma criança passa por alguma situação de perigo, a unidade do grupo é acionada.

### Considerações finais

Diante do que foi exposto conclui-se que a liquidez aquática, mediadora das fronteiras, produz sociabilidades, formas de pensar e agir ligadas a esse ambiente, e sua conexão com o continente. As águas conduzem, permitem trânsitos, abraçam os berçários dos peixes, lavam o mangue. Pensar no Delta, está diretamente referido às águas, aos rios, aos igarapés, a essa paisagem natural permeada de significados culturais, produzidos pelos agentes sociais dessa região, singularmente atrelados a esses grupos de cultura aquática. A proposta foi dialogar principalmente com os conceitos de “uso comum” e “território” e " territorialidades" (ALMEIDA: 2006; 2013).

A pesquisa , portanto compreende um processo relacional, no qual está implícita, a disparidade de poderes e a violência simbólica, cabe a nós pesquisadores exercitar a reflexividade e objetividade, embora percebi que a relação do eu pesquisador em campo não se restringe aos agentes sociais mas a uma imensa malha de relações sensíveis, envolvem desde os interlocutores do território, programa de pesquisa, instituições governamentais, associações, movimentos sociais, sendo que em todos esses aspectos a política é o ponto em comum a todos os processos. O exercício proposto foi praticar a reflexividade (BOURDIEU: 2008) no qual a antropologia da pesca foi um campo intelectual, de estudos no qual as disputas interpretativas e conceituais expressam uma tensão interna e externa pela legitimidade de um discurso e da autoridade (BOURDIEU: 2006). Processo esse que envolve uma análise dos processos identitários, uma tensão sobre a responsabilidade na pesquisa e de organização e que por vezes, o nascimento de um sujeito político e uma mudança de estrutura de pensar as relações (ALMEIDA: 2005).

O sistema social é então uma construção social e simbólica assim como a região, na qual existem movimentações constantes, porque os saberes o são. Fato que se expressa nos saberes, também vivos. Constatou-se que existe um crescimento populacional, diretamente relacionado a multipotencialidade econômica além de uma inigualável qualidade de vida na Ilha e um complexo sistema de interdependência. Dada a

complexidade social de uma cultura aberta à diversidade, embora mantenha seus traços e fronteiras com o "tradicional". As transformações narradas como sintomáticas no meio ambiental, são expressas no assoreamento do rio, erosão de suas margens, combinada a salinidade das águas, repercutindo em uma queda do sistema agrícola centrado no cultivo de arroz, majoritário até os anos 1980, além da diversidade biológica das espécies de peixes.

Já a partir dos anos 1990 a 2000, com a criação das Uc's houve e o Delta constituindo uma região caracterizada pela ecologia, converge para uma série de incentivos políticos e econômicos à atividade da pesca. Atualmente existe uma quantidade expressiva de pescadores e de organizações como associações, sindicatos e colônias de pesca. Além de um conjunto de atividades complementares à pesca, como o setor comercial, de funcionalismo público, e o setor de transportes, e serviços em geral. Embora o debate em torno da conservação seja urgente, também é preciso discutir os aspectos como o primordialismo ecológico adotado nas descrições das Unidades de Conservação (GURGEL: 2009).

Dessa forma o que se constatou foi um complexo sistema de interdependência e uma baixa divisão do trabalho social, pois compartilham um conjunto de saberes coletivos, apesar de exercerem funções específicas. Fez-se necessário ampliar o repertório compreensivo e visualizar as múltiplas interações nas fronteiras e a rede de relações sociais combinadas ao ambiente. De forma paralela, levantamento e aplicação de políticas públicas situado o potencial ecológico da região, com uma extensa área de manguezal, preservada. Assim como formas de intervenção de erosão na beira do rio, e de uma política ligada aos resíduos sólidos.

#### REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA:

ALMEIDA, A. W. B. de. Biologismos, geografismos e dualismos: notas para uma leitura crítica de esquemas interpretativos da Amazônia que dominam a vida intelectual. *In: Antropologia dos arquivos da amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008 p. 15-126.

\_\_\_\_\_. **Darwin e Marx: diálogos nos trópicos para uma interpretação do Brasil**. Somanlu, ano 5, n. 2, jul/dez. 2005. p. 09- 27.

\_\_\_\_\_. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum. *In: Terras de quilombo, terras indígenas*,

“babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006. p. 15- 54.

\_\_\_\_\_. Mapas situacionais e categorias de identidade na Amazônia. ALMEIDA, A. W. B. de; FARIAS JÚNIOR, E. de A. (orgs). *In: Povos e Comunidades Tradicionais: nova cartografia Social*. Manaus, 2013. p. 28-34.

\_\_\_\_\_. Território da Ciência. *In: Pandemia e Território*. ALMEIDA, A. W. B. de; MARIN, R. E. A; MELO, E. A. de; (Orgs.). São Luís: UEMA Edições/ PNCSA, 2020. p. 941-962.

\_\_\_\_\_. Prólogo: Um rio dividido? *In: Mobilizações étnicas e transformações sociais no Rio Negro*. ALMEIDA, A. W. B. de; FARIAS JÚNIOR, E. de A. (Orgs); autores: Alfredo Wagner Berno de Almeida...[et al]. – Manaus: UEA Edições, 2010. p. 07-20.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BARRETTO FILHO, H. T. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. *In: Sociedades Caboclas Amazônicas: Modernidade e Invisibilidade*. C. Adams, R.S.S. Murrieta, and W.A. Neves (eds.). São Paulo: Annablume, 2006. pp. 109-144.

BOURDIEU, Pierre (org). Compreender. *In: A Miséria do mundo*. 17. ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p.693-733. Cf. [https://www.netmundi.org/home/wp-content/uploads/2018/01/BOURDIEU-Pierre-org.-A-mis%C3%A9ria-do\\_mundo.pdf](https://www.netmundi.org/home/wp-content/uploads/2018/01/BOURDIEU-Pierre-org.-A-mis%C3%A9ria-do_mundo.pdf)

DOMINGUES, H. M. B. **A história das ciências e dos saberes na Amazônia**. NUNES, P. M. P; LUCINDA, M. C; MARTINS, C. C; VALLE, C do. (orgs). Rio de Janeiro/ São Luís: Casa 8, 2016. (Coleção aulas inaugurais; n. 3)

FARIA, L. de C. **Antropologia**: duas ciências; notas para uma história da antropologia no Brasil. (Orgs) ALMEIDA, A. W. B de; DOMINGUES, H. M. B. CNPq|MAST|Rio de Janeiro: 2006.

FOUCAULT, M. A descrição arqueológica. *In: A Arqueologia do Saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, -7ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. p. 151-199.

FREIRE, ANTONINO. **Limites entre os Estados do Piauí e do Maranhão**. Documentos mandados para publicar sobre subscrição popular. Therezina, Typografia da "Pátria", 1907. p. xxvi.

FURTADO, C. Economia Escravista de Agricultura Tropical. *In: Formação Econômica do Brasil (Séculos XVI e XVII)*. São Paulo, Companhia Editora Nacional [1971]. p. 41-72.

GANDARA, Gercinair S. Eu, o Rio. *In: \_\_\_\_\_ Rio Parnaíba... Cidades-Beira (1850-1950)*. Teresina: EDUFPI, 2010. pp. 17-97.

GOFFMAN, E. Introdução. *In: A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 11-24.

GORZ, André. **O imaterial**: conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume, 2005. 09-27.

GURGEL, H. et al. 2009. Unidades de conservação e o falso dilema entre conservação e desenvolvimento. **Boletim regional, urbano e ambiental**, IPEA. p. 109-119.

MALINOWSKI, B. K. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (Os Pensadores).

MEIRELES, V. de J. S. **Etnobotânica e caracterização da pesca na comunidade Canárias, reserva extrativista marinha do Delta do Parnaíba, Nordeste do Brasil**. Teresina: 2012.

O'DWYER, E. C. A construção da Várzea como problema social na Região do Baixo Amazonas, *In: Diversidade socioambiental nas Várzeas dos rios Amazonas e Solimões*: Perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade. Lima, D. (Org.). Manaus: IBAMA/ProVárzea, 2005.

OLIVEIRA, R. C. de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *In: O trabalho do antropólogo*. São Paulo: Editora Unesp, 2006, p. 17-36.

RANCIÈRE, Jacques. “**Os ossuários da purificação étnica**”. Folha de São Paulo, 10 de março de 1996 a. p.3-5.